

USO DA TERRA E AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO: UMA ANÁLISE ESPACIAL E SOCIOECONÔMICA DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017*LAND USE AND FAMILY FARMING IN MATO GROSSO: A SPATIAL AND SOCIOECONOMIC ANALYSIS OF THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS*ID Luiz Antônio Campos ^AID Ademir Kleber Morbeck de Oliveira ^B^A Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus de Juara (UNEMAT), Juara, MT, Brasil^B Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, MS, Brasil**Resumo**

A agricultura familiar desempenha um papel importante no desenvolvimento local e regional por meio da produção de alimentos e do uso da terra. Desse modo, objetivou-se analisar os aspectos da agricultura familiar e o uso da terra em Mato Grosso, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa aponta que a agricultura familiar ocupa uma área de 5.131.104 hectares, distribuída em 81.635 estabelecimentos, a maioria localizada na mesorregião norte do estado. Dos agricultores, 81,7% são do gênero masculino, sendo a maioria de cor branca e com habilidades de leitura e escrita. A forma de acesso às terras foi, em sua maioria, por meio de compra de particulares ou reforma agrária, com a maior concentração de áreas entre 5 e 100 hectares. Apenas 23.758 agricultores são filiados a associações ou sindicatos, e a maior parte das receitas obtidas são provenientes dos próprios estabelecimentos, principalmente relacionadas a criação de gado e culturas temporárias. Apesar de sua importância na oferta de alimentos essenciais, a agricultura enfrenta escassez de crédito, com apenas parte dos produtores conseguindo algum tipo de financiamento.

Palavras-chave: Estabelecimentos agropecuários; pequenas propriedades rurais; reforma agrária; assentamentos rurais; associativismo.

Abstract

Family farming plays an important role in local and regional development through food production and land use. Thus, this study aimed to analyze family farming and land use in Mato Grosso, using data from the 2017 Agricultural Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The research indicates that family farming occupies an area of 5,131,104 hectares, distributed across 81,635 establishments, most located in the state's northern mesoregion. Among farmers, 81.7% are male, most are white and have able to read and write. Access to land occurred predominantly through private purchase or agrarian reform, with the largest concentration of holdings between 5 and 100 hectares. Only 23,758 farmers are affiliated with associations or unions, and most of their revenue comes from the establishments themselves, mainly related to cattle raising and temporary crops. Despite its importance in providing essential foods, the process faces a credit shortage, with a portion of producers able to obtain financing.

Keywords: Agricultural establishments; small rural properties; agrarian reform; rural settlements; associations.

Recebido em: 27/09/2024 | 23/04/2026

Correspondência para: Ademir Kleber Morbeck de Oliveira (akmorbeckoliveiral@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por particularidades e caracterizado por uma complexa relação entre as classes sociais, que discordam acerca de suas perspectivas sobre o desenvolvimento, notadamente quando se trata do desenvolvimento rural (VILELA, 2017). Delgado e Bergamasco (2017) descrevem que, nesse contexto, emergem dois modelos de abordagem: (1) o padrão da classe hegemônica, que impulsiona a modernização da agricultura de forma





conservadora, priorizando as grandes empresas e defendendo a concentração de terras e recursos; e (2) uma visão de desenvolvimento rural que reconhece a existência de uma diversidade de práticas e estilos de vida, em uma perspectiva territorial, contrastando com o padrão focado em setores específicos, procurando fortalecer a agricultura em todas as suas peculiaridades e reconhecendo as distintas relações sociais das comunidades tradicionais que compõem parte da população rural.

Para a classe hegemônica os recursos financeiros do estado devem ser aplicados, preferencialmente, em seu setor produtivo, por considerarem que o progresso no campo é uma extensão ou consequência do crescimento da agricultura comercial (MALAGODI, 2017). Sabourin (2017) e Wanderley (2017) descrevem que esse ponto de vista promove o empobrecimento e a exclusão dos menos favorecidos e que seus efeitos são evidenciados em processos distintos, principalmente a pobreza persistente das pequenas comunidades e o enfraquecimento nas relações sociais do campo em consequência do êxodo, entre outros pontos.

Neste cenário complexo e diverso é importante assimilar o papel da agricultura familiar, o que permite uma melhor compreensão dos aspectos que afetam sua dinâmica de produção. Desse modo, objetivou-se analisar a agricultura familiar e o uso da terra em Mato Grosso, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

REVISÃO TEÓRICA

A categoria agricultura familiar e agricultores familiares como atores políticos emergiu recentemente na história brasileira, e especialmente nas últimas duas décadas ocorreu um processo complexo de construção dessa categoria como um modelo de agricultura e identidade política para grupos de agricultores (PICOLOTTO, 2015). A Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, prevendo no artigo terceiro que é agricultor familiar quem pratica atividades no meio rural e: I – não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra familiar em suas atividades econômicas; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de suas atividades, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Já Altmann *et al.* (2002) define o agricultor familiar como quem trabalha em uma porção de terras como proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, seguindo os seguintes preceitos: (1) o agricultor e a sua família estão diretamente envolvidos nos trabalhos, podendo ter até dois empregados permanentes em tempo integral e, ainda, recorrer à ajuda de terceiros quando necessário devido a atividades sazonais; (2) sua área não exceda 4



módulos fiscais; e (3) pelo menos 80% da renda familiar bruta anual provenha de atividades agrícolas, pesca e/ou extrativismo.

O processo de construção das categorias da agricultura familiar, de acordo com Picolotto (2015), envolve 3 conjuntos de ações: (1) atuação dos próprios agricultores, começando em meados da década de 1980 e alcançando maior expressividade na proposição e divulgação a partir dos anos 1990; (2) ações do estado que contribuíram para definir o sentido oficial da categoria e a implementação de políticas públicas para fortalecê-la; e (3) sindicalismo dos trabalhadores rurais, que passou a ser mais identificado com a agricultura familiar, além de movimentos sociais e forças políticas que conseguiram organizar projetos para o novo papel da agricultura familiar.

Apesar das definições oficiais, a agricultura familiar é um conceito amplo que engloba uma variedade de situações específicas e particulares, com muitas formas de agricultura familiar (WANDERLEY, 2017). Aliado a esses conceitos, o Brasil agrícola é composto por uma diversidade de propriedades rurais, representada por grandes estabelecimentos agropecuários, que produzem commodities destinadas ao mercado interno e externo e por produtores da agricultura familiar que produzem alimentos para o próprio consumo e abastecem a mesa de milhões de brasileiros (SANTOS e SILVA, 2022).

Além das questões já mencionadas, existe uma diversidade de padrões de produção, tanto entre os pequenos quanto entre os grandes produtores, demonstrando complexidade quanto à riqueza dos diferentes setores na agricultura familiar ou não familiar (CARNEIRO, 2009). Nesse cenário, a agricultura familiar representa um papel crucial, porque detém a maioria dos estabelecimentos da agropecuária (IBGE, 2017). O Censo Agropecuário realizado em 2017 demonstrou que, dos 5.073.324 estabelecimentos identificados, 3.897.408 são classificados como agricultura familiar (76,8% do total), espelhando a relevância do setor para a economia do país (IBGE, 2017).

Apesar da contribuição da agricultura familiar para a economia, ainda existe a distinção entre esta e aquela que produz para o mercado exportador, que garante divisas ao país, com o poder no campo relacionado à produção dos grandes proprietários (STROPASOLAS, 2017). Os traços distintos e marcantes da agricultura familiar, para Delgado e Bergamasco (2017), estão nas formas invisíveis de trabalho e geração de recursos que podem ser descritos como riqueza invisível.

A importância dos pequenos agricultores como uma instituição estratégica no meio rural é frequentemente negligenciada, embora cumpra um papel fundamental na reprodução dos atores do desenvolvimento rural – incluindo trabalhadores qualificados, não qualificados, migrantes e temporários, por exemplo, em todas as regiões brasileiras (STROPASOLAS, 2017). O estado de Mato Grosso não foge dessa situação, pois apesar de conhecido por ser um grande produtor de commodities, existe uma grande diversidade de tipos de produtores rurais e estabelecimentos agropecuários, sejam familiares ou não familiares.



De acordo com estudos realizados por Goñi *et al.* (2023), a agricultura familiar em Mato Grosso é dominada principalmente pela atividade pecuária, com as lavouras permanentes tendo uma participação limitada, enquanto as lavouras temporárias desempenham um papel relevante na composição da renda agropecuária de certas regiões. Os autores complementam que, entretanto, a situação socioeconômica dos agricultores enfrenta uma série de desafios, como dificuldades em adotar novas tecnologias, pouco acesso ao crédito rural e baixo financiamento, entre outros problemas, tornando as famílias rurais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico ao limitar sua capacidade de alcançar níveis produtivos e técnicos satisfatórios e, por fim, resultando em uma produção voltada principalmente para a subsistência.

METODOLOGIA

Área de estudo

O estado de Mato Grosso possui uma área de 903.208,361 km² e população de 3.658.649 habitantes (densidade demográfica de 4,05 hab./km²), dividida em 141 municípios – com um número expressivo (105), equivalente a 74,5%, com menos de 20 mil habitantes (IBGE, 2022ab). De acordo com dados do IBGE (2017), o estado está dividido geograficamente em 5 mesorregiões, com a Sudeste apresentando a menor quantidade de agricultores (8.102 agricultores familiares e 5.432 não familiares), enquanto a mesorregião Norte é a maior em tamanho e quantidade de agricultores (36.063 agricultores familiares e 15.360 não familiares).

Procedimentos metodológicos

O artigo se caracteriza, em relação aos objetivos, como um estudo exploratório-descritivo, sendo exploratório porque busca formar uma compreensão sobre o tema agricultura familiar. Por sua vez, é descritivo no sentido de que busca descrever sua importância, baseado nas informações relacionadas à parte exploratória, tendo como base os dados oriundos do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Em relação aos métodos, foram utilizados a pesquisa documental e o levantamento de dados secundários disponibilizados pelo IBGE, estes coletados por meio da pesquisa telematizada (online) e extraídos do Sistema de Recuperação Automática (Sidra), um banco de indicadores ambientais, sociais, demográficos e econômicos (IBGE, 2017).

A pesquisa telematizada é definida como aquela realizada nas investigações e pesquisas dos meios telematizados, uma área do conhecimento que envolve a combinação de tecnologias (eletrônica, informática e telecomunicação) utilizadas nos sistemas de comunicações, oferecendo vantagens (gratuidade de acesso, velocidade e eficiência na obtenção de dados) se comparada a outros métodos (BRAD, 1999).



A análise das informações seguiu a orientação da análise de conteúdo de Bardin (1996). O primeiro passo foi a pré-análise, em que foi construído o corpus da pesquisa, ou seja, a separação dos dados que seriam em seguida analisados (perfil socioeconômico dos produtores e utilização da terra, por exemplo). Posteriormente, foi realizada uma leitura flutuante objetivando entrar em contato com o material selecionado, buscando o conteúdo que melhor se enquadra na pesquisa. A etapa seguinte consistiu na exploração do material, ocasião em que os dados foram avaliados, com a intenção de realizar unidades de registros e contextos para melhor aproveitamento do material selecionado. A última parte do processo consistiu no tratamento dos resultados, na interpretação dos dados e posterior escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Mato Grosso a maior parte dos estabelecimentos rurais está relacionada à agricultura familiar, 81.635 (68,8%), enquanto 37.044 (31,2%) são estabelecimentos da agricultura não familiar, com a mesorregião Norte apresentando o maior número de estabelecimentos agrícolas, agricultura familiar e não familiar (Tabela 1). Campos *et al.* (2025) confirmam que no estado a maior parte dos estabelecimentos agropecuários pertence à agricultura familiar, embora ocupando proporcionalmente uma menor área.

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso por mesorregião, 2017

Mesorregião	Familiar - Não	%	Familiar - Sim	%	Total	%
Norte	15.360	41,5	36.063	44,2	51.423	43,3
Nordeste	5.622	15,2	12.263	15,0	17.885	15,1
Sudoeste	4.074	11,0	12.173	14,9	16.247	13,7
Centro Sul	6.556	17,7	13.034	16,0	19.590	16,5
Sudeste	5.432	14,6	8.102	9,9	13.534	11,4
Total	37.044	100	81.635	100	118.679	100

Fonte: IBGE (2017).

O número de estabelecimentos de agricultura familiar destaca a importância social deste grupo que, embora muitas vezes não receba o destaque merecido, desempenha uma função crucial por sua contribuição na produção de alimentos essenciais para o consumo diário, como frutas, verduras e produção de leite e carne (ABREU *et al.*, 2021).

A produção de alimentos levou a agricultura familiar a enfrentamentos, não raras vezes, preconceituosos ao longo dos anos (MIOR, 2009). Para Picolotto e Brandenburg



(2015), do ponto de vista socioeconômico, a agricultura familiar na história do Brasil foi muitas vezes negligenciada pelo Estado e por setores dominantes em favor da agropecuária de exportação. Os autores escrevem que esta última foi priorizada como a principal geradora de divisas para o país, enquanto a agricultura familiar foi relegada a funções secundárias, como a produção de alimentos e reserva de mão de obra para a agricultura de exportação. Desse modo, a política da agricultura familiar e sua invisibilidade socioeconômica foram consequências de um processo prolongado de submissão e, em muitos casos, de dependência em relação às commodities de exportação (MIOR, 2009). A predominância do grande estabelecimento agropecuário ao longo da história brasileira estabeleceu-se como o modelo socialmente aceito, embora estudos históricos indiquem que, ao lado ou vinculadas à grande exploração agropecuária, sempre existiram diversas formas sociais e modalidades de trabalho rural (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2015).

A diversidade da agricultura brasileira, segundo Ramos (2007), tem sido abordada por muitos em uma perspectiva dualista ou bipolarizada, e de acordo com essa visão o Brasil abriga tanto uma “agricultura patronal” quanto uma “agricultura familiar”. A primeira foi preservada e ampliada com a implementação da modernização conservadora na sociedade brasileira, com o segundo tipo recebendo mais atenção recentemente, sendo a agricultura de pequena e média escala geralmente conduzida por proprietários e suas famílias. É importante ressaltar que existem diferentes tipos de agricultura familiar, indicando que não há uma única, especialmente em termos de sua viabilidade econômica, quase sempre não destacada dentro do contexto político e socioeconômico do país (RAMOS, 2007; SCHNEIDER *et al.*, 2009).

Deste modo é importante conhecer as peculiaridades desse tipo de agricultura, o que permite melhor implementação das políticas públicas para o grupo. Em relação ao gênero dos responsáveis pelos estabelecimentos, 81,7% são do gênero masculino e 18,3%, feminino; com idade predominante acima de 45 anos, totalizando 75,3% (e 24,7% abaixo de 45 anos), indicando a predominância de homens adultos e em processo de envelhecimento (Tabela 2).

Tabela 2 - Gênero, idade e escolaridade dos agricultores familiares de Mato Grosso, 2017

	< 25	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	> 75	Total
Homens	925	4.270	10.550	17.499	17.447	11.365	4.607	66.663
Mulheres	396	1.453	2.671	3.714	3.796	2.062	880	14.972
Total	1.321	5.723	13.221	21.213	21.243	13.427	5.487	81.635
Alfabetizado	1.313	5.661	12.815	19.728	18.321	10.257	3.483	71.578
Não alfabetizado	8	62	406	1.485	2.922	3.170	2.004	10.057

Fonte: IBGE (2017).



O processo de masculinização do campo é similar ao encontrado em distintas regiões brasileiras (LIMA *et al.*, 2020; BREITENBACH, 2024) e no estado de Mato Grosso (IBGE, 2017). O envelhecimento da população é outro problema, em que a maior parte dos agricultores possui idade acima de 45 anos, situação similar ao que ocorre no Brasil (BRUMER, 2004) e, já mencionado por Lima *et al.* (2020), em algumas regiões de São Paulo. No entanto, as novas demandas sociais impostas às famílias, como a produção de alimentos de qualidade, preservação ambiental, agroindustrialização em pequenas unidades familiares e o turismo rural, podem servir como bases para fortalecer as comunidades, combatendo a tendência de envelhecimento e masculinização (STROPASOLAS, 2006).

Em relação à escolaridade, a maior parte dos trabalhadores sabe ler e escrever (87,7%), enquanto os não alfabetizados atingem 12,3% (Tabela 2), com a maior parte do grupo não alfabetizado localizado justamente nas idades acima de 45 anos – o que já poderia ser esperado, pois a universalização do ensino com melhor acesso para todos é um fato relativamente recente. A pesquisa por amostra de domicílios (IBGE, 2022b) demonstra que o índice de analfabetismo no Brasil está em declínio, mas apresenta uma característica persistente: quanto mais velho o grupo populacional, maior é a proporção de pessoas analfabetas. Isso indica que as gerações mais jovens estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda na infância, enquanto um contingente significativo de analfabetos é composto principalmente por pessoas de maior idade, que não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever durante a infância ou juventude, permanecendo analfabetas na idade adulta.

Os direitos sociais, tal como a educação, são uma das características da classe hegemônica, que endossa e reproduz ações que promovem modelos de desenvolvimento cultural que privilegiam as suas culturas (SILVA, 2020). Nesse sentido, Nascimento (2023) assegura que é possível destacar a ideologia brasileira como uma das responsáveis pelo processo de exclusão que se estende até os dias atuais, na esfera socioeconômica, salientando que a escolarização em curso ainda não conseguiu agir em prol da reversão da condição inferior de parte da população. É interessante ressaltar que atualmente existe um debate sobre a educação do campo (não no campo), visando a valorizar os saberes de comunidades tão diversas (SANT ANA, 2024); todavia, embora o debate seja relevante, não é o escopo deste artigo.

Nesse sentido, Silva (2018), ao estudar o Assentamento Vale do Arinos e a luta pela terra em Mato Grosso, indicou que muitos assentados deixaram o local por problemas de infraestrutura – tais como estradas, transportes, crédito, saúde e educação, entre outros –, enfatizando que muitos pais optaram por se mudar para áreas urbanas em busca de um ambiente educacional mais favorável para seus filhos, evitando que eles sigam o mesmo caminho quanto à falta de escolarização.

Em relação às mulheres, os resultados indicam um número menor deste grupo à frente dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 2). No ambiente rural, as mulheres



frequentemente enfrentam invisibilidade, tanto nas dinâmicas sociais quanto nas econômicas, e suas contribuições, seja nos afazeres domésticos ou no auxílio às atividades agrícolas dos maridos ou da família, muitas vezes não são reconhecidas (FARIA, 2009). Herrera (2016) ressalta que essa falta de visibilidade contribui para a perpetuação das disparidades de gênero nesse ambiente, com o autor argumentando que existem formas de controle, tanto dentro das famílias quanto nas comunidades, que estão ligadas às normas morais relacionadas à família e à sexualidade. No mesmo sentido, Pelissaro (2021) destaca, em pesquisa na Serra do Cabral, Minas Gerais, que na área rural sempre existiu o processo de expropriação das mulheres – que na região envolveu inicialmente o garimpo de diamantes, depois as fazendas de pecuária e, atualmente, a silvicultura –, sendo as mulheres historicamente imiscuídas no processo de produção, seja na reprodução da família, na produção de excedente ou no acesso à liberdade negativa.

Essa desigualdade é profundamente enraizada na estrutura hierárquica das famílias rurais, que se fundamenta na divisão tradicional do trabalho por gênero; em outras palavras, as mulheres são mantidas em uma posição subordinada ao sistema, o que perpetua as desigualdades (FARIA, 2009). O autor complementa que as mulheres são percebidas como meros ajudantes, independentemente do tempo que dedicam ao trabalho, com suas contribuições (afazeres domésticos, cuidados com hortas, pomares e quintais, por exemplo) sendo amplamente subestimadas, embora sejam cruciais para a vida cotidiana, reprodução social e o bem-estar das famílias e comunidades.

Desse modo, contrariando o preceito de manter a família no meio rural, a falta de autonomia e oportunidades de renda enfrentada pelos jovens rurais, especialmente as filhas, têm levado parte deles a rejeitarem seguir a profissão dos pais e a migrarem para as áreas urbanas, impactando negativamente a continuidade e o papel desses empreendimentos no desenvolvimento econômico e social das comunidades (STROPASOLAS, 2006). Stropasolas (2006, 2017) também escreve que o momento é de escolhas sociais cruciais que podem moldar o futuro dessas localidades, sendo necessário que haja investimentos no fortalecimento da agricultura familiar, consolidando a presença dos jovens no meio rural. Existe também a possibilidade de deixar as decisões nas mãos do mercado, o que geralmente resulta em esvaziamento populacional, concentração de terras e predominância do agronegócio em detrimento da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2006, 2017), o que é observado em várias regiões brasileiras, conforme relatado por Lima *et al.* (2020) e Oliveira *et al.* (2022), por exemplo.

Valim (2019) argumenta que o principal fator que levou ao êxodo rural foi a implementação de uma política agrícola que, até os dias de hoje, prioriza a exportação em detrimento dos pequenos produtores. Martins (2009) assevera que, em nome da expansão da fronteira agropecuária na Amazônia, pequenos agricultores foram deslocados de suas terras para dar lugar aos grandes projetos, forçando-os a migrar para áreas urbanas e enfrentar subempregos. Conforme apontado por Picoli (2004), o processo favoreceu os grandes



capitalistas, deixando os demais desamparados e obrigados a procurar novas áreas para se estabelecerem ou se fixarem nas periferias urbanas, contribuindo para a formação de cinturões de pobreza.

Em relação à cor da pele, 36.583 (44,8%) declaram ser de cor branca, seguidos por pardos (35.950 = 44%), negros (7.437 = 9,1%) e indígenas (878 = 1,1%), totalizando 81.635 agricultores familiares, com os números destacando a predominância de brancos sobre os demais grupos. Para Meinerz e Ströher (2022), a hegemonia da classe dominante tem sido uma narrativa contínua ao longo da história, influenciando a percepção coletiva e contribuindo para a transmissão de privilégios simbólicos e materiais de geração em geração – que abrangem concessões de terras, acesso à educação e oportunidades econômicas, entre outros –, em favorecimento a determinados grupos.

É importante ressaltar que tal situação indica os privilégios da cor da pele no processo de aquisição dos estabelecimentos agropecuários, em detrimento de determinados grupos, tal como relatado por Penna (2022). Os negros, indígenas e seus descendentes frequentemente carregam o peso do estigma deixado por seus antepassados, que foram escravizados ou marginalizados durante o período colonial e sistematicamente excluídos do acesso legal à terra, ao emprego e à educação (MEINERZ e STRÖHER, 2022). Como resultado, as desigualdades históricas persistem, refletindo-se em disparidades de oportunidades entre brancos e não brancos, evidenciadas por estatísticas socioeconômicas contemporâneas (IPEA, 2008).

Em relação à ocupação da terra, a maior parte dos agricultores é proprietária (84,7%), seguida por concessionários/assentados esperando título (10,8%), enquanto os demais somam 4,4% (Tabela 3). Em relação à aquisição das terras, 67% a obtiveram por meio de compra (65% via compra de particular e 2% via crédito fundiário – cédula da terra e banco da terra, entre outras); 15,1%, por titulação ou licença de ocupação por reforma agrária; 8%, por herança ou doação; e 5,8%, por posse não titulada, enquanto as demais formas atingem 4,1% (Tabela 3).

É interessante destacar que a maior parte dos produtores são proprietários de suas áreas, indicando que elas foram adquiridas de alguma forma, estando os agricultores em sua posse definitiva. A propriedade privada é uma mercadoria, passível de compra e venda e, na maior parte das vezes, acessível apenas àqueles que podem pagar, principalmente as elites, enquanto os camponeses encontram-se impedidos devido aos recursos limitados que possuem (MARTINS, 2010). Desse modo, apesar de os agricultores familiares formarem um grupo que luta contra uma série de problemas, a posse da terra indica que em Mato Grosso parte do grupo pode ser considerada privilegiada, com acesso a recursos que lhes permite uma melhor condição socioeconômica e a compra de terras.

**Tabela 3** - Forma de obtenção das terras e condição do produtor em relação às terras de agricultura familiar, Mato Grosso, 2017

Condição do produtor em relação às terras	
Proprietário(a)	69.187
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	8.834
Arrendatário(a)	1.350
Parceiro(a)	341
Comodatário(a)	537
Ocupante	1.240
Produtor sem área	146
Total	81.635
Forma de obtenção	
Compra de particular	44.956
Via crédito fundiário	1.380
Concessão de direito real de uso	928
Concessão de terra indígena	666
Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	10.479
Posse não titulada	4.023
Titulação de comunidade quilombola	46
Herança ou doação	5.514
Usucapião	555
Não sabe	640
Total	69.187

Fonte: IBGE (2017).

Tal situação é confirmada pela forma de obtenção das áreas, com os resultados indicando que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários foi adquirido por meio de compra (particular e crédito fundiário), evidenciando que os agricultores familiares tradicionais tiveram menores oportunidades para adquirirem seu lote, levando-se em



consideração sua restrição orçamentária e que o acesso às terras quase sempre foi privilégio da classe hegemônica.

Silva (2008) enfatiza que ao longo da história brasileira a distribuição e a constituição da propriedade privada da terra favoreceram predominantemente as elites rurais. Nesse sentido, Zeneratti (2021, p. 565) escreve que não bastava “o seu prestígio político, o solicitante deveria apresentar capacidade financeira para explorar a terra segundo as normas da época, basicamente com o trabalho escravo que somente os abastados dispunham”. Apesar do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504) de 1964 mencionar a possibilidade de redistribuição de terras (reforma agrária), seu objetivo principal era fomentar a empresa rural, e no que diz respeito à desconcentração fundiária foi concebido com a perspectiva de nunca ser efetivamente implementado (OLIVEIRA, 1988). Cabe ressaltar que o Estatuto da Terra surgiu como uma resposta aos movimentos sociais, visando, principalmente, a (1) promover a reforma agrária (melhorar a distribuição da terra) e (2) buscar a função social da propriedade (bem-estar dos trabalhadores, conservação dos recursos naturais, inclusão social e desenvolvimento rural, por exemplo) (BRASIL, 1964), sendo ainda considerado um marco no Direito Agrário brasileiro, apesar de problemas relacionados a sua implementação.

Em relação à área dos estabelecimentos agropecuários, os valores totalizam 5.131.104 ha, concentradas entre áreas maiores que 20 ha e menores que 100 ha (54,1%) (Tabela 4). Pertencer à agricultura familiar em determinadas regiões, como a do Mato Grosso, indica possuir áreas consideradas grandes, que em outros estados já seriam estabelecimentos agropecuários de médio porte e concentradas em um pequeno grupo.

Os resultados obtidos para o Vale do Arinos, uma região de Mato Grosso, por exemplo, indicam por meio do índice de Gini (cujo valor quanto mais próximo a 1, maior é a concentração na estrutura fundiária) que a estrutura fundiária continua altamente concentrada na região (0,867 pontos) (SILVA, 2017), um padrão que praticamente não mudou entre 1985 e 2006. Na verdade, esse padrão aumentou, comparando-se com pesquisas anteriores: 0,857 (1985), 0,856 (1995-1996) e 0,854 (2006) (IBGE, 2017). Essa desigualdade é particularmente pronunciada no Maranhão (0,888), Amapá (0,885), Mato Grosso (0,876) e Mato Grosso do Sul (0,867), destacando a persistência e até mesmo o agravamento da concentração de terras em determinadas regiões, com importantes implicações sociais, econômicas e políticas (IBGE, 2017).

Ainda segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a área média dos estabelecimentos era de 69 ha, variando significativamente de uma região para outra. No Centro-Oeste, embora tenha o menor número de estabelecimentos agropecuários (347.263 unidades), sua área total é a maior do país, chegando a 112 milhões de ha, com área média por estabelecimento de 322 ha; sendo que, na região, 10% do total de estabelecimentos possui mais de 500 ha, enquanto no Nordeste essa proporção é de apenas 0,7% (IBGE, 2017). O Nordeste possui o maior número de estabelecimentos (2.322.719 unidades), mas com menor



área média (30,5 ha), com os dados ilustrando as diferentes realidades da distribuição de terras e atividade agropecuária no Brasil (IBGE, 2017).

Tabela 4 - Tamanho do estabelecimento agropecuário da agricultura familiar, Mato Grosso, 2017

Tamanho	Número
< 5 ha	8.414
5 ha a menos de 10 ha	4.358
10 ha a menos de 20 ha	8.436
20 ha a menos de 50 ha	23.760
50 ha a menos de 100 ha	20.404
100 ha a menos de 200 ha	11.264
200 ha a menos de 500 ha	4.831
500 ha acima	22
Produtor sem terra	146
Total	81.635

Fonte: IBGE (2017).

As atividades da agricultura familiar (Tabela 5) concentram-se na pecuária (82,2%) e em lavouras temporárias e permanentes (11,3%), totalizando 93,5%, enquanto as demais, 6,5%. A agricultura familiar em Mato Grosso tem uma forte base na criação de animais, mas independentemente dessa característica peculiar, para Picolotto (2015), ela representa um modelo de organização agrícola centrado na empresa familiar, que oportuniza vantagens sociais, econômicas e ambientais. O autor escreve que, comparativamente ao modelo patronal, caracterizado por empresas especializadas, racionalizadas e impessoais, nas quais a agricultura é apenas mais um negócio entre outros, a agricultura familiar é considerada mais democrática, eficiente e sustentável.

Com referência ao domicílio dos dirigentes (Tabela 5), 78,6% (64.180 produtores) residem no mesmo local em que realizam suas atividades, contra 21,4% (17.455), sendo interessante ressaltar que durante o período intercensitário o Brasil experimentou um aumento de 4,3% no absenteísmo rural (IBGE, 2017). Em 2006 a região Sudeste tinha uma taxa de 27,9%, que aumentou para 35,2% em 2017 (+7,3%), enquanto na região Norte, em 2006, 87,4% dos produtores residiam nos estabelecimentos agropecuários e em 2017, 80,3%. Apesar dessa redução, o Norte continua apresentando o maior percentual de produtores residentes (IBGE, 2017). Uma das razões para o chamado absenteísmo rural é a busca por



melhores condições de vida na cidade, seja em busca de educação para os filhos ou devido ao envelhecimento do proprietário, dificultando sua vida diária, o que leva os produtores a fazerem a opção de moradia nos centros urbanos (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Tabela 5 - Tipos de atividades da agricultura familiar e local de residência dos produtores, Mato Grosso, 2017

Atividades econômicas	Residência dos dirigentes		
	Imóvel	Não	Total
Lavouras temporárias	7.583	1.674	9.257
Horticultura e floricultura	1.363	233	1.596
Lavouras permanentes	2.477	410	2.887
Sementes e mudas certificadas	28	12	40
Pecuária e criação de animais	52.099	14.998	67.097
Florestas plantadas	172	52	224
Florestas nativas	353	63	416
Pesca e aquicultura	105	13	118
Total	64.180	17.455	81.635

Fonte: IBGE (2017).

Em relação à presença de energia elétrica pública, 73.060 (89,5%) residências possuíam eletricidade, enquanto 8.487 (10,5%) não a tinham. Dos domicílios que tinham energia, proporcionalmente despontam os estabelecimentos de criação de animais (67.097 = 82,2%), além de lavouras temporárias (9.257 = 11,3%) e permanentes (2.887 = 3,5%). Conforme Rachter e Rocha (2022), a eletricidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico em áreas rurais, pois viabiliza o uso de uma variedade de equipamentos para melhorar a produção, como sistemas de irrigação, unidades de resfriamento de leite, máquinas forrageiras para produção de ração e instalações para processamento de alimentos – por exemplo, fábricas de farinha de mandioca. Os autores complementam que seu fornecimento para as comunidades rurais melhora a sua qualidade de vida, aumenta a produtividade e fortalece a sua economia, sendo fundamental para manter o produtor no campo.

Brumer (2007) destaca que muitos dos trabalhos atribuídos principalmente às mulheres em estabelecimentos agropecuários são relacionados aos serviços domésticos e sem acesso à energia elétrica. Os impactos dessas atividades podem ser prejudiciais para a saúde e comprometer seu tempo disponível para outras ações, como os momentos de lazer. O autor



também descreve que a falta de acesso à energia pode ser vista como um dos “fatores de expulsão” que contribuem para as dificuldades da vida rural, especialmente relacionadas ao trabalho árduo e à sobrecarga de responsabilidades, dificultando outras atividades como educação, capacitação profissional ou descanso.

Existe certa similaridade percentual entre os domicílios da agricultura familiar na região Centro-Oeste que possuem energia elétrica instalada (IBGE, 2017). O Distrito Federal é a unidade federativa que apresenta a melhor performance de estabelecimentos com energia (98% = 2.679 unidades), seguido por Mato Grosso do Sul (91,7% = 39.636), Goiás (91,3% = 87.397) e Mato Grosso (89,5% = 73.060), indicando que a maior parte dos estabelecimentos possui tal benefício (IBGE, 2017) – uma importante vantagem para os produtores.

Em relação ao processo de associação a cooperativas e/ou entidades de classe (Tabela 6), a soma das partes diverge do total do número, porque muitos agricultores participam de uma ou mais entidades e recebem, por vezes, assistência técnica de mais de um tipo. Todavia, quando agrupados apenas em agricultores que recebem ou não recebem assistência técnica, os números absolutos estão de acordo com a quantidade de agricultores familiares. Os resultados indicam que 29,1% dos produtores eram associados e 70,9%, não associados; destes, apenas 12,5% recebiam assistência técnica, e a expressiva fração de 87,5% não recebia (Tabela 6). Em relação aos que recebiam algum tipo de assistência, 6,1% eram vinculados a alguma associação e 6,4% não eram; enquanto entre os que não recebiam assistência, 23% eram associados e 64,5%, uma quantidade expressiva, não eram (Tabela 6).

É preocupante o número de produtores que não participam de associações, sindicatos ou outras formas de cooperativismo, porque tal estratégia apresenta oportunidades para o processo de trabalho ao permitir que os trabalhadores se unam e possam competir em igualdade de condições com os grandes produtores. Para que o sistema cooperativista funcione de forma eficiente, é fundamental que os cooperados permaneçam unidos, informados e fortalecidos, o que favorecerá sua estruturação e expansão, possibilitando uma produção satisfatória que garanta sua sustentabilidade, promova o crescimento da cooperativa, amplie sua presença no mercado e atinja seus objetivos (MANTOVANI *et al.*, 2022).

Por exemplo, a luta pela posse da terra permitiu que os assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos vislumbrassem o assentamento como um ambiente onde poderiam desenvolver políticas e adquirir poder, pois ali se sentiam fortalecidos e confiantes por meio das lutas coletivas em suas associações (SILVA, 2017). O autor complementa que a falta de apoio de instituições públicas e a infraestrutura precária que lhes foi concedida levou os assentados a se tornarem atores sociais em busca de seus interesses e direitos, com suas narrativas destacando que a luta pela terra proporcionou experiências políticas, além de promover formas descentralizadas de liderança, representação e organização.

**Tabela 6** - Associação do produtor a cooperativas e/ou entidades de classe, com acesso à assistência técnica na agricultura familiar, Mato Grosso, 2017

Assistência técnica	Total	Tipo de associação que se encontra filiado			
		Cooperativa	Entidade de classe	Produtores e moradores	Não associado
Não recebe	71.424	5.395	8.444	8.209	52.673
Recebe	10.211	2.603	1.983	1.551	5.204
Pública	3.711	623	722	899	1.894
Própria	3.849	697	612	343	2.487
Cooperativas	1.564	1.210	324	196	177
Empresas	1.072	293	377	86	518
ONGs	68	6	7	54	9
Sistema S	195	52	79	55	50
Outras	531	82	106	75	323
Total	81.635	7.998	10.427	9.760	57.877

Fonte: IBGE (2017).

Em relação à geração de renda, 72.951 (89,4%) estabelecimentos da agricultura familiar obtiveram receitas, classificadas em: (1) receitas da produção do estabelecimento; (2) outras receitas do estabelecimento; e (3) outras receitas do produtor (Tabela 7). Os faturamentos da produção do estabelecimento totalizam 79,9%, sendo a maior parcela relacionada a animais e seus produtos, seguida por produtos vegetais, demonstrando a importância das criações. Também chama atenção que as outras receitas, que totalizam 16,1% dos valores recebidos, estejam associadas principalmente a aposentadorias (pensões) (Tabela 7), mais uma vez demonstrando que parte dos agricultores são pessoas de idade, um sinal de envelhecimento da área rural. Além desse ponto, parte dos produtores também desenvolve serviços fora dos estabelecimentos agropecuários, em busca de maior retorno financeiro, demonstrando que determinados estabelecimentos ainda não permitem a sustentabilidade dos proprietários.

**Tabela 7** - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, Mato Grosso, 2017

Receitas da agricultura familiar	Total (reais)	%
I – Receitas da produção do estabelecimento	3.536.439	79,9
Produtos vegetais	1.041.458	29,4
Criação de animais	2.399.760	67,9
Produtos da agroindústria	95.221	2,7
II – Outras receitas do estabelecimento	178.375	4,0
Desinvestimentos (venda de ativos, tais como máquinas, equipamentos ou parte da terra)	75.197	42,2
Serviço de turismo rural e artesanato	4.894	2,7
Exploração mineral	1.609	0,9
Outras receitas	96.675	54,2
III – Outras receitas do produtor	712.770	16,1
Aposentadorias ou pensões	532.077	74,6
Atividades fora do estabelecimento	172.202	24,1
Programas federais, como Proagro e Garantia Safra	8.491	1,2
Total (I + II + III)	4.427.585	100,0

Fonte: IBGE (2017).

Os resultados também chamam atenção em relação à atividade pecuária, que é a mais relevante para os produtores. Ela demonstra que em Mato Grosso a agricultura familiar segue o padrão estadual, sendo a atividade de criação de bovinos a mais importante e rentável. A produção de animais de grande porte responde por 62,2% das receitas (R\$ 2.352.243), seguida pelas culturas temporárias ligadas às commodities (soja e milho, por exemplo) com 25,7% (R\$ 974.141), totalizando 87,9% dos rendimentos – com as demais atividades, apesar de relevantes, de pouco valor monetário agregado, se comparadas às principais (IBGE, 2017). De acordo com Picolotto (2015), no Brasil a pecuária desenvolvida por pequenos proprietários é um modelo centrado na empresa familiar com vantagens econômicas, sociais e ambientais, quando comparada ao modelo patronal, sendo considerada mais democrática e sustentável. Entretanto, Campos *et al.* (2025) descrevem que a atividade, mesmo a



desenvolvida em áreas de agricultura familiar, levou a mudanças expressivas no ambiente e diminuição das florestas nativas, fato associado à demanda por commodities e políticas de incentivo à produção.

Uma importante questão observada foi em relação ao financiamento dos estabelecimentos agropecuários, com a maior parte dos agricultores familiares (58,3%) obtendo recursos em bancos. Financiamentos provenientes de programas de crédito foram obtidos por 49,4% dos agricultores, a maior parte relacionados ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Tabela 8). É importante ressaltar que a soma dos beneficiados por bancos (7.578) e programas de crédito (6.414) não resulta no total de 12.992 estabelecimentos agropecuários, e sim de 13.992 beneficiados, pois um mesmo estabelecimento pode obter financiamento de mais de uma fonte, ou seja, banco e programa de crédito, ou diferentes programas de crédito.

Tabela 8 - Número de estabelecimentos de agricultura familiar que obtiveram financiamento, Mato Grosso, 2017

Fonte dos recursos	Beneficiados
I – Bancos	7.578
II – Programas de crédito	6.414
PRONAF	4.637
Programa Terra Forte (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) e Programa Terra Sol (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), por exemplo	130
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp)	55
Outros programas	750
Total de estabelecimentos agropecuários	12.992

Fonte: IBGE (2017).

O Pronaf, que deveria ser o carro-chefe para o financiamento da agricultura familiar, é o segundo entre as fontes de recursos acessadas (Tabela 8), o que pode ser um problema, pois é conhecido que as taxas de juros dos bancos são mais elevadas que as taxas do Pronaf (FGV, 2025). Segundo Cruz *et al.* (2021), tal situação se deve ao fato de que o programa favorece uma pequena parte da agricultura familiar. Nesse sentido, Schneider *et al.* (2021) destacam que seus principais beneficiários são os produtores mais capitalizados (produção de commodities) das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com tal situação ocorrendo apesar das



mudanças implementadas ao longo dos anos de vigência do Pronaf, formuladas com o objetivo inicial de favorecer principalmente o grupo mais vulnerável do meio rural.

O pequeno número de produtores a conseguir algum tipo de crédito é preocupante. A pequena quantidade de registros de contratos de crédito para a agricultura familiar é decorrente das dificuldades que impedem a sua obtenção e que sejam inclusos nas linhas de financiamentos, como a inexistência de documentos de propriedade, excesso de burocracia, exigência de garantias, demora na aprovação do crédito e falta de informação por parte dos produtores (LOPES *et al.*, 2016). Oliveira *et al.* (2022), em estudo com produtores na região noroeste de São Paulo, escrevem que muitos produtores não conseguem o crédito devido a problemas relacionados à documentação do estabelecimento agropecuário (garantia do crédito), juros altos, falta de interesse, escassez de recursos nos bancos e excesso de burocracia, entre outros pontos – situação similar à encontrada em Mato Grosso.

Para Escher *et al.* (2014), a grande maioria dos agricultores potencialmente classificados como familiares não acessaram nenhum tipo de crédito rural, com apenas 13,2% dos consultados declarando financiamento de algum programa, normalmente o Pronaf. De acordo com Silva (2017), a ausência de crédito para a produção e assistência técnica no Vale do Arinos fez com que os planejamentos ficassem comprometidos, e até mesmo esquecidos, de maneira que os assentados optaram por realizar uma produção diferente do que haviam planejado. Essa é uma situação normalmente encontrada em Mato Grosso, com Barrozo (2008, p. 23) escrevendo que entre 1960 e 1970 foram implantados assentamentos que incluíam a distribuição de lotes “sem preocupação com infraestrutura, crédito e assistência técnica, com os assentados abandonando seus lotes, posteriormente utilizados para agricultura mecanizada e pastagens”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar em Mato Grosso é uma parte essencial do cenário agrícola da região, pois apesar de o estado ser conhecido por sua agricultura de larga escala, a agricultura familiar desempenha um papel significativo na produção de alimentos, geração de empregos e manutenção da economia local. Ela está concentrada na mesorregião Norte, com predominância de agricultores do gênero masculino de cor branca, alfabetizados, proprietários da área que possuem (na maioria entre 5 ha e 100 ha), com a presença de energia elétrica. A maior parte de suas receitas é relacionada ao próprio local, por meio da criação de gado, que é a principal atividade laboral, e de culturas temporárias. O pertencimento a associações ou cooperativas é pequena, com apenas um terço dos produtores sendo associados, o que dificulta o acesso à assistência técnica e ao crédito, um item escasso. Um dos pontos de destaque é a forte base pecuária da agricultura familiar, ressaltando a diversidade e adaptabilidade deste modelo agrícola às diferentes realidades e necessidades locais.



A agricultura familiar não apenas fornece alimentos essenciais para a população, mas também desempenha um papel crucial na preservação do tecido social e ambiental das comunidades rurais. Entretanto, diversos problemas, tais como o processo de envelhecimento, são uma ameaça a coesão das comunidades, pois a vulnerabilidade social dos idosos é mais acentuada, levando ao seu deslocamento para as áreas urbanas e à desestruturação dos grupos. Existe a necessidade de políticas públicas para minorar esse problema e manter a agricultura familiar como um instrumento de equidade social.

Priorizar o uso da mão de obra familiar contribui significativamente para a permanência das famílias no campo, na tentativa de evitar o êxodo rural e fortalecer os laços comunitários. Além disso, ao promover a geração de emprego e renda, desempenha um papel importante na economia local e regional. Desse modo, deve-se avaliar o papel do Estado no financiamento aos pequenos produtores, tal como relatado por Kluck (2017), pois a ação governamental envolvendo benefícios, incentivos, subsídios e regularizações de terra estimula a permanência dos produtores na terra e o seu crescimento material – o que não é aceito sem crítica por alguns, que defendem os processos de produção, como a agropecuária comercial, sem a presença de grupos tradicionais.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de produtividade em pesquisa (PQ1C) concedidas. Ao apoio financeiro do CNPq e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT); e à Universidade Anhanguera-Uniderp, pelo financiamento do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar (GIP).

REFERÊNCIAS

ABREU, Charleana; OLIVEIRA, Ana Luiza Araújo; ROBOREDO, Delmonte. A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, v. 19, n. 2, p. 81-92, 2021. <https://doi.org/10.30681/rcaa.v19i2.5276>

ALTMANN, Rubens (Coord.). **Perspectivas para a agricultura familiar - Horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa, 2002. 112p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o centro-oeste. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. p. 15-26.

BRAD, Hill. **Pesquisa na internet**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. 68p.

BRASIL. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 49 (Suplemento), 30 nov. de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: 01 set. 2025.



BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 143, n.º 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BREITENBACH, Rquel. Jovens mulheres rurais estudantes das Ciências Agrárias: não querem ou não tem oportunidade de serem sucessoras? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 62, n. 1, p. e262212, 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262212>

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

CAMPOS, Luiz Antônio; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; BAIO, Simone Pereira da Silva. Dinâmica da cobertura e uso da terra no Vale do Arinos, Mato Grosso, 1990 a 2020. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 50, n. 1, p. 175-199, 2025. <https://doi.org/10.5016/geografia.v50i1>

CAMPOS, Luiz Antônio; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; SILVA, Gildete Evangelista. Perfil socioeconômico e aspectos da agricultura familiar no Vale do Arinos, evidências do Censo Agropecuário 2017. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 24, e24021, 2025. <https://doi.org/10.4215/rm2025.e24021>

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 167-188.

CRUZ, Nayara Barbosa; JESUS, Josimar Gonçalves; BACHA, Carlos José Caetano; COSTA, Edward Martin. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 59, n. 3, p. e226850, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. O desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: seu lugar na sociedade e suas dimensões atuais. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 63-83.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio; SCARTON, Luciana Maria; CONTERATO, Marcelo Antônio. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, 2014. p. 667-643. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.) **Estatísticas rurais e a Economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p.13-18.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Um Plano Safra de taxas de juros altas**. Disponível em: <https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-07/Um%20plano%20safra%20de%20taxas%20de%20juros%20altas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

GOÑI, Liana Mendonça; STURZA, José Adolfo Iriam; LIMA, Marcos Túlio Dourado. Efeitos da expansão do agronegócio na agricultura familiar no Mato grosso: análise multivariada. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 12, n. 24, p. 104-120, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article88>. Acesso em: 27 set. 2024.

HERRERA. Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 208-233, 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 06 dez. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Instituto Brasileiro**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022a. Disponível <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/.html?> Acesso em: 10 mar. 2022.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 01 jun. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas**: 120 anos após a abolição. Comunicado da Presidência nº 4. Rio de Janeiro, IPEA, 2008. 16p.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Quando o planejamento vai para o Brejo**: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. São Paulo, 2017. 423f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo.

LIMA, Edy Carlos Santos; MATIAS, Rosemary; PINA, José Carlos; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck. A expansão da cultura canavieira em municípios pertencentes aos escritórios de desenvolvimento rural de Fernandópolis e Jales, São Paulo, entre 1984 e 2014. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 3, p. 329-346, 2020. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.247413>

LOPES, Desirée; LOWERY, Sarah; PEROBA, Tiago Luiz Cabral. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 155-196, 2016.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 40-61.

MANTOVANI, Vanderleia Saleti; MORBECK, Ademir Kleber Morbeck; BONO, José Antônio Maior. Limitações no processo de desenvolvimento e manutenção de cooperativas rurais do Vale do Arinos, Mato Grosso. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 3, p. 817-833, 2022. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i2.3049>

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2010. 157p.

MIOR, Luiz Carlos. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In. SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 273-298.

NASCIMENTO, Luciana Guimarães. **Pensamento racial brasileiro e a inclusão social da população negra**: o papel da pedagogia antirracista. Curitiba: Appris Editora, 2023. 117p.

OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; LIMA, Edy Carlos Santos.; MATIAS, Rosemary; PINA, José Carlos. Arrendamento de pequenas propriedades para a agroindústria canavieira: fatores influenciadores e perspectivas para a região Noroeste de São Paulo. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 15, n. 2, e9090, 2022. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2022v15n2e9090>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988. 128p.

PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230214, 2022. https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_07

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia**: do mel ao sangue, os extremos da expansão capitalista. Sinop: Editora Amazônia, 2004. 125p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 63-84, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-200320140006000004>

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2015. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC549V1832015>

RACHTER, Laís; ROCHA, Rudi. Eletrificação rural, eletrodomésticos e oferta de trabalho feminino: Evidência para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 76, n. 1, p. 92-134, 2022. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20220006>



RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In. RAMOS, Pedro. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. 360p.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 263-289.

SANT ANA, Helena Amaral. A Educação do Campo como espaço de aprendizagem coletiva, resistência e fortalecimento identitário. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, s/p, 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/2/a-educacao-do-campo-como-espaco-de-aprendizagem-coletiva-resistencia-e-fortalecimento-identitario>. Acesso em: 01 set. 2025.

SANTOS, Gesmar Rosa; SILVA, Rodrigo Peixoto. Diversidade na agricultura e no meio rural como base de políticas públicas. In. SANTOS, Gesmar Rosa; SILVA, Rodrigo Peixoto (Orgs.). **Agricultura e diversidades**: Trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. p. 23-62.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In. SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 139-166.

SILVA, André Luiz Batista. A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo. **Revista Brasileira da História da Educação**, Maringá, v. 20, n. 1, e112, 2020. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>

SILVA, Gildete Evangelista. **Assentamento Vale do Arinos e a luta pela terra em Mato Grosso**. Campo Grande, 2017. 188f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Universidade Anhanguera-Uniderp.

SILVA, Gildete Evangelista. Narrativas de vida dos assentados no projeto Vale do Arinos. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17011, 2018. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17011>

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2ed. Campinas: Unicamp, 2008. 373p.

STRÖHER, Carlos Eduardo; MEINERZ, Carla Beatriz. Branquitude e privilégio de cor: dimensão relacional do racismo entre jovens estudantes. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, ano 19, n. 2, p.88-111, 2022. <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.3017>

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 436-472.

VALIM, Ana. **Migrações**: da perda da terra à exclusão social. 11ed. São Paulo: Atual, 2019. 72p.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 244-262.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 64-81.

ZENERATTI, Fábio Luiz. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 564-575, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79558>